



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PARECER ÀS EMENDAS APRESENTADA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI Nº 1.270, DE 2024

Cria núcleos de atendimento à mulher policial nas unidades das instituições policiais militares e civis nas esferas federal, estadual e municipal para coibir a violência contra a mulher policial tanto no âmbito doméstico familiar como nos locais de trabalho, com fulcro no inciso III do art. 1º e no § 8º do art. 226 da Constituição Federal, nos termos da Convenção de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher e institui e dá outras providências.

Autor: Deputada ANTÔNIA LÚCIA

Relatora: Deputada DAYANY BITTENCOURT

1 - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise, de autoria da nobre Deputada Antônia Lúcia (Republicanos/AC), versa sobre a criação de núcleos de atendimento à mulher policial nas unidades das instituições policiais militares e civis nas esferas federal, estadual e municipal para coibir a violência contra a mulher policial tanto no âmbito doméstico familiar como nos locais de trabalho, com fulcro no inciso III do art. 1º e no § 8º do art. 226 da Constituição Federal, nos termos da Convenção de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher.

Tendo esta Relatora apresentado, em 27 de maio do presente ano, o Parecer com Substitutivo à proposição. Na ocasião, o Substitutivo já havia se manifestado pela aprovação da **Emenda de Comissão nº 1 (EMC**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

nº 1) de maneira parcial, de autoria da Deputada Delegada Ione (Avante/MG), com o objetivo de incluir na proposição as polícias legislativas estaduais, considerando que o Projeto original não contemplou a mencionada categoria.

Por conseguinte, o presente Projeto de Lei foi devolvido para que sejam analisadas as emendas ao Substitutivo apresentadas. Nesse sentido, foram oferecidas, dentro do prazo regimental, duas Emendas ao Substitutivo (ESB nº 1 e ESB nº 2), ambas de autoria do Deputado Junio Amaral (PL/MG).

Este é o relatório.

2 - VOTO DA RELATORA

A **Emenda ao Substitutivo nº 1** visa, segundo o Deputado Junio Amaral (PL/MG), ajustar o texto do art. 1º ao estabelecer que o objetivo da lei será o de combater a violência contra as mulheres, alinhando o texto à própria ementa ao suprimir a expressão "a fim de prevenir e coibir todas as formas de violência contra as mulheres" para "a fim de prevenir e coibir a violência contra as mulheres".

No entanto, a redação da Emenda acaba por excluir as mulheres integrantes das polícias legislativas estaduais. Ressalta-se que essa alteração foi precisamente o objetivo da Emenda na Comissão nº 1, de autoria da nobre Deputada Delegada Ione (Avante/MG), contemplada no Substitutivo apresentado no dia 27/05/2024.

Excluir as mulheres integrantes das polícias legislativas estaduais comprometeria a indispensável igualdade de tratamento que deve existir entre todas as policiais legislativas. Nesse sentido, acreditamos que a intenção do Deputado Junio Amaral (PL/MG), autor da ESB nº 1, é apenas aprimorar o texto do Substitutivo, mantendo a proteção a todas as policiais





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

pertencentes aos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Assim, acatamos parcialmente a Emenda ao Substitutivo nº 1, preservando a inclusão das mulheres integrantes das polícias legislativas estaduais e, suprimindo a expressão "a fim de prevenir e coibir todas as formas de violência contra as mulheres" para "a fim de prevenir e coibir a violência contra as mulheres".

A **Emenda ao Substitutivo nº 2** tem como objetivo, segundo o Deputado Junio Amaral (PL/MG), ajustar o texto ao definir aspectos da violência contra a mulher policial, de modo a contemplar as disposições do Código Penal. Além disso, busca aprimorar a definição de família tratada no inciso I do art. 2º, alinhando o conceito à matéria presente no art. 226 da Constituição Federal.

O escopo da Emenda ao Substitutivo nº 2 é meritório e oportuno, considerando que o texto precisa evitar insegurança jurídica em sua aplicação. Portanto, acatamos seu texto com ajustes redacionais para que seja conservada sua coerência.

2.1 – CONCLUSÃO DO VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.270, de 2024; da Emenda de Comissão nº 1 (EMC nº 1) de maneira parcial; das Emendas ao Substitutivo (ESB nº 1 e ESB nº 2) de maneira parcial, na forma do Substitutivo anexo.

Salas das Comissões, em 27 de junho de 2024.


Deputada **DAYANY BITTENCOURT**
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.270, DE 2024

Cria Núcleos de Atendimento à Mulher Policial em todos os órgãos que compõem o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) a fim de prevenir e coibir a violência contra as mulheres policiais tanto no âmbito doméstico familiar como nos locais de trabalho, com fulcro no inciso III do art. 1º e no § 8º do art. 226 da Constituição Federal, nos termos da Convenção de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher e, dá outras providências.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Esta Lei cria Núcleos de Atendimento à Mulher Policial em todos os órgãos que compõem o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) a fim de prevenir e coibir a violência contra as mulheres policiais tanto no âmbito doméstico familiar como nos locais de trabalho, com fulcro no inciso III do art. 1º e no § 8º do art. 226 da Constituição Federal, nos termos da Convenção de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher e, dá outras providências.

Art. 2º O Núcleo de Atendimento às Mulher Policial deverá ser instituído em todos os órgãos que compõem o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), incluindo:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícias civis;
- IV - polícias militares;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

V - corpos de bombeiros militares;

VI - guardas municipais;

VII - órgãos do sistema penitenciário;

VIII - institutos oficiais de criminalística, medicina legal e identificação;

IX - Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp);

X - Secretarias estaduais de segurança pública ou congêneres;

XI - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec);

XII - Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas (Senad);

XIII - agentes de trânsito;

XIV - guarda portuária;

XV - polícia legislativa, prevista no § 3º do art. 27, no inciso IV do caput do art. 51 e no inciso XIII do caput do art. 52 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O Núcleo de Atendimento às Mulher Policial terá como objetivo proporcionar às profissionais da segurança pública um atendimento especializado, conforme os seguintes incisos:

I - atendimento especializado em cada unidade dos órgãos de segurança pública, nas esferas federal, estadual e municipal;

II - prevenção e combate à violência contra as mulheres policiais no ambiente de trabalho;

III - prevenção e combate à violência contra as mulheres policiais fora do ambiente de trabalho, incluindo situações de violência doméstica e familiar.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, configura-se violência doméstica e familiar, assim como violência no ambiente de trabalho ou fora dele, contra a mulher policial qualquer ação ou omissão baseada no sexo que lhe cause





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

morte, lesão, adoecimento, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial, considerando-se as peculiaridades laborais que envolvem as atividades policiais exercidas pela profissional da segurança pública e que requer do poder público providências para o acolhimento e o estabelecimento de condições para o exercício efetivo do direito à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e ao ambiente laboral, tais como:

I – no âmbito da família, conforme preceituado no art. 226 da Constituição Federal;

II – em relações íntimas de afeto, nas quais o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação;

III – no âmbito do trabalho, sob comando hierárquico formado por equipes ou por tarefas individuais dentro da repartição ou fora dela em continuidade às tarefas desenvolvidas.

Art. 4º A violência doméstica e familiar e a violência contra a mulher no ambiente de trabalho constituem formas graves de violação aos direitos humanos.

Art. 5º Constituem-se formas de violência doméstica e familiar contra a mulher policial, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Art. 6º Constituem-se formas de violência no ambiente de trabalho ou em razão dele contra a mulher policial as ocorrências de condutas e de ações empreendidas pelos seus superiores hierárquicos ou por colegas de profissão que estejam no mesmo nível ou igual patente ou graduação, nas seguintes situações, entre outras:

I - as ocorrências de todas as formas de assédio sexual entendido como qualquer conduta de ameaça, mediante chantagem ou suborno contra a liberdade sexual da vítima, a utilização de qualquer forma de intimidação, com insinuações explícitas ou veladas de caráter sexual, contato físico não desejado, gestos, frases ofensivas ou de duplo sentido, grosseiras, humilhantes, embaraçosas, exibição de material pornográfico, solicitação de relações íntimas ou outro tipo de conduta sexual e de atos lesivos contra a honra e o bem-estar no ambiente de trabalho ou circunstâncias similares, que vitimizam as mulheres policiais, causando-lhes danos mentais,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

psicológicos e adoecimento, e deterioram as relações de trabalho, reverberando-se nos resultados dos serviços prestados à comunidade;

II - considera-se a ocorrência de assédio moral como comportamento de contínua demonstração de desrespeito e de desvalorização contra a pessoa da mulher policial, ocorrências de críticas veladas ao desempenho de seu trabalho, delegar tarefas impossíveis de serem cumpridas ou determinar prazos incompatíveis para a finalização do trabalho, sobrecarregar com novas tarefas ou retirar o trabalho que habitualmente executa, provocando sensação de inutilidade e de incompetência, gritar ou falar de forma discriminatória, tecer críticas contínuas à vida particular e ao trabalho executado pela vítima, empreender vigilância sistemática contra os hábitos normais de idas ao banheiro ou impor punições vexatórias como forma de desclassificar e de denegrir o seu caráter e os seus esforços laborais, causando prejuízos à saúde mental, à autoestima, à honra e à dignidade da mulher policial, induzindo-a, por vezes, à autodestruição.

Art. 7º O Núcleo de Atendimento à Mulher Policial será instalado em cada unidade dos órgãos da segurança pública existentes na capital federal, no Distrito Federal e nas demais capitais das unidades da federação e nos municípios, inclusive onde funcionam as Delegacias de Atendimento Especializado à Mulher.

Art. 8º O Núcleo de Atendimento à Mulher Policial será composto por 5 (cinco) servidores do próprio órgão instituidor, preferencialmente do sexo feminino.

Parágrafo único. A solicitação de atendimento à mulher policial pelo Núcleo de Atendimento à Mulher Policial ocorrerá por qualquer meio de comunicação, de forma sigilosa, competindo às autoridades responsáveis pela criação e manutenção do Núcleo e às pessoas que nele trabalham:

I - receber e resguardar o sigilo das denúncias recebidas;

Apresentação: 28/06/2024 11:29:16.150 - CSPCCO
PES 1 CSPCCO => PL 1270/2024

PES n.1



* C D 2 2 0 5 0 9 4 6 5 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

II - garantir o sigilo dos atos apuratórios decorrentes das denúncias, incluindo as pessoas envolvidas.

Art. 9º A assistência à mulher policial mediante ocorrências de situação de violência doméstica e familiar ou de violência no ambiente de trabalho será prestada de forma articulada pelo Núcleo de Atendimento à Mulher Policial, conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde e no Sistema Único de Segurança Pública.

§1º O Núcleo de Atendimento à Mulher Policial fará ações articuladas por meio de integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas da segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

§ 2º devendo-se ser garantida, no mínimo, as mulheres policiais:

I - acompanhamento psicológico profissionalizado;

II - assistência jurídica perante qualquer juízo ou tribunal ou perante a administração, a forma da lei do ente federado.

Art. 10 Em todos os casos atendidos pelo Núcleo de Atendimento à Mulher Policial que necessitem de medidas legais urgentes em situações de violência doméstica e familiar, ou violência no ambiente de trabalho contra a mulher policial, serão seguidas as disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Salas das Comissões, em 27 de junho de 2024.


Deputada **DAYANY BITTENCOURT**
Relatora

